

## Burocracia científica e pluralismo cultural

Paulo Ferreira da Cunha<sup>1</sup>

**Resumo:** Quem conhece a Universidade de hoje sabe que nela há demasiada agitação, excessivo sufocar dos docentes, que quase não têm vida privada (alguns não conseguem mesmo tê-la), sem que, na verdade, os resultados reais de tal demasia sejam positivos. É o reino do quantitativo, não da qualidade.

Alguns dos vetores que contribuem para esse abismo entre o esforço e a ocupação, de um lado, e os resultados formativos do outro são de índole cultural. As universidades copiam um modelo único, formatam-se por pensamento único, e não estão, assim, adaptadas nem a cada área do saber, nem a cada área cultural.

**Palavras Chave:** universidade, cultura, pluralismo cultural, diversidade humana, burocracia universitária, trabalho científico, metodologia científica, teses.

### *Scientific Bureaucracy and Cultural Pluralism*

**Abstract:** Those who really know the University of today do also know that it's too much excitement. Professors are suffocating with too much activities. They have almost no private lives (some can not even have one). Nevertheless, actual results of such a hurry are not too positive. It is the kingdom of quantity, not quality. Some of the vectors that contribute to this gap between the effort and occupation on the one hand, and the training results of the other, are of a cultural nature. Universities tend to copy a single model, a single thought, and they are thus not adapted to each area of knowledge; they have no dialogue with their own contextual cultural area.

**Keywords:** university culture, cultural pluralism, human diversity, university bureaucracy, scientific work, scientific methodology, thesis.

*Um grave pedagogo, é austero e conciso;  
Nunca os lábios lhe abriu a sombra d'um sorriso  
E aos pequenos mudou em calabouço a escola  
Pobres aves, sem dó metidas na gaiola!*

Acácio Antunes

### I. Do Fazer Universitário

Um grande amigo meu, pessoa das mais inteligentes que conheci até hoje e que muito admiro, fez-me um dia uma revelação decisiva e - devo confessar e prevenir - um tanto bizarra. Não o acompanhando de modo nenhum na conclusão que tirou, julgo que tinha plena razão nos pressupostos, que muito nos ajudam a compreender o nosso tema de hoje. Por isso, vou contarvo-la.

Confessou ele que queria que os seus descendentes mais diretos fossem todos *professores universitários*. Afirmava-o com singeleza, sem sombra de snobismo, num ar utilitário, e acrescentava, explicando-se (vou dizê-lo por minhas palavras, mas não trairei a ideia numa vírgula): “A Universidade é *a grande bábá*... Uma vez entrado na malha da Universidade, ninguém mais precisa de rodopiar em rumações metafísicas sobre o sentido da vida, ter amargas crises existenciais. Deixa de ter vida, e ponto. Quero deixar os meus filhos entregues aos cuidados vitalícios dessa intuição benemérita. Ficarei descansado, quando morrer, se os meus filhos forem professores universitários. Sempre a Universidade lhes dará que fazer”.

---

<sup>1</sup>. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

A ideia deve partir da velha máxima, que o meu amigo terá certamente aprendido nos bancos da escola: “A ociosidade é a mãe de todos os vícios”. Tratar-se-ia, portanto, de manter os filhos ocupados. E a Universidade dar-lhes-ia muito que fazer, sempre.

Estou em crer que essa virtualidade da Universidade está hoje elevada à última potência. A Universidade transformou-se, de um cenáculo de criadores, numa fábrica de fazedores. Trata-se agora, por muito que tal se não veja ou reconheça, não de inventar, de criar, sequer de preservar (e preservar legados é função de algumas disciplinas, enquanto rasgar novos horizontes é a de outras), mas de “produzir”. Não se é, aliás, avaliado em qualidade, mas em quantidade. Mesmo os mais qualitativos dos momentos de prova se medem por votos (como nos júris ou bancas, mesmo nos inquéritos pedagógicos), logo números, quantidades de pessoas aos julgados favorável ou desfavorável. Votos de popularidade (ou não) junto dos discentes e votos de reconhecimento (ou não) entre os professores mais categorizados na escala hierárquica científica. Infelizmente, também, o quantitativismo julga que as cadeiras devem abrir só se tiverem um determinado número de inscritos, ou seja, de público (quando há matérias que são por natureza elitistas, apenas podendo interessar a uns tantos...), ou que o valor de uma iniciativa se mede pelo número de presentes, ou de citações na imprensa, ou que a excelência de uma pesquisa se avalia pelo conjunto de citações que aparecem na obra de outros estudiosos. Como tudo isso não fosse nuns casos superficial, e noutros casos absolutamente manipulável. Nem vamos fazer-vos perder o vosso perder tempo a explicar o que é óbvio...

Fazer, e aparecer. Mas antes de tudo fazer.

Fazer é a palavra de ordem. Mas fazer o quê?

O que fazem os Universitários? Essa a grande questão. E sobretudo a grande questão comparada com uma outra: o que deveriam eles fazer?

Nisso, os neoliberais, de navalha de Ockham nos dentes, têm razão ao perguntarem sempre, de calculadora em riste: para que servem os nosso impostos (ou as nossas mensalidades, em se tratando de instituições privadas)?

Claro que a avaliação do bom uso dessas verbas não é, não pode ser, consensual. Mas é preciso que se pergunte para onde vai o nosso dinheiro, o que fazem as Universidades com ele. Por exemplo, esbanjam em serviços e mordomias internas, imensos serviços burocráticos, campanhas e estudos “terceirizados” sem resultados à vista, chorudos apoios a atividades sem mérito, ou investimento no que interessa, na valorização do seu corpo docente, no apoio à pesquisa (designadamente dando-lhe meios materiais, laboratoriais e documentais), ao intercâmbio, apoio social aos estudantes mais carenciados, etc.? Essa é uma outra questão, polémica, naturalmente, porque os recursos são sempre escassos. Contudo, esbanjamento e desperdício podem ser detectados com algum consenso.

Ora a Universidade é uma instituição total, concentracionária, que aparenta nos últimos tempos virar-se muito para o exterior - e é vê-la rodopiar em torno dos subsídios e dos mecenatos -, mas realmente sempre está excessivamente preocupada com o seu umbigo. Mesmo quando olha para fora, pensa para dentro.

E além do mais, a Universidade tem péssimo *marketing*, e os professores universitários pior ainda. Não tanto para captar matrículas, admissões. Isso depende sobretudo de demografia, prestígio mediático e valor das mensalidades, que em muitos casos não são variáveis controláveis por cada Faculdade em concreto. Mas há mau *marketing* universitário para o que mais interessaria: fazer entender ao público, a começar pelos políticos, a importância transcendente da sua missão, da sua missão verdadeira. E mais subtilmente ainda: que não se pode pedir que um artista faça o

trabalho de um desportista, este o de um pesquisador laboratorial, este último o de um perito em línguas, e este o de um historiador e por sua vez este o de um médico, ou de um engenheiro, etc., etc.

Há muito desconhecimento sobre o que os professores e assistentes universitários realmente fazem. Mesmo dentro da mesma Universidade, por vezes não se tem a ideia de que trabalham muito, muito para além do seu horário letivo, das horas de atendimento aos estudantes, da correção de trabalhos, testes e exames, da realização de provas orais, das reuniões dos órgãos da Faculdade (e eventualmente da Universidade) a que pertençam, da burocracia certificativa, parecerística e estatística que lhes é cometida. Por exemplo, não passará pela cabeça de muitos quantos *curricula* um professor tem de elaborar por ano, quantos relatórios faz, etc. Quase tudo trabalho realmente improdutivo, muito dele totalmente duplicado, triplicado, e inútil, e outro que deveria ser cometido a funcionários de secretarias, e outro ainda que deveria caber a secretários, assistentes, adjuntos administrativos uns, de pesquisa outros, junto dos docentes. Essas carreiras existem em grandes e boas universidades, muito aliviando os docentes e pesquisadores *proprio sensu*, e contribuindo para a eficiência do apoio pedagógico aos estudantes e a criação científica ou afim. Mas há milhares de instituições em que mesmo um titular no topo da carreira tem de fazer de tudo, sem qualquer auxílio: fazendo as vezes de sábio e de contínuo, quando não de transportador, de animador cultural e marketeiro, técnico de informática e de som, bibliotecário, secretário e dactilógrafo de si mesmo, tradutor em várias línguas, e obviamente político: uma polivalência invejável. Acima de tudo, sujeito crescentemente a impecilhos burocráticos a impedirem que trabalhe naquilo para que foi contratado: pesquisar e ensinar.

Aliás, as universidades arriscam-se a, no limite, perder a noção daquilo para que servem. Numa série humorística britânica, de altíssima qualidade, *Yes Minister*<sup>2</sup>, exaltava um burocrata como hospital modelo o que não tinha doentes. Umberto Eco provoca-nos com a imagem de bibliotecários que enxotam os leitores das bibliotecas<sup>3</sup>. Uma universidade alheia ou hostil a professores e a alunos pode ser mesmo, para alguns, um ideal... Só burocracia pela burocracia!

Nestas condições, os docentes com gosto de ensinar e de pesquisar que magnanimamente aceitam imolar essas vocações no altar da gestão académica (e são esses que se mostram com visão, *prudencia*, capacidade de diálogo e subtileza: porque são eles e não simples tecnocratas que compreendem que gerir uma Universidade ou uma Faculdade não é o mesmo que gerir outra coisa qualquer...) só podem comparar-se aos que alcançam a palma do martírio. São dignos de louvor e devem ser acarinhados e apoiados. E pode ser que não haja muitos assim, no futuro. Porque, por um fenómeno dificilmente explicável, no momento, a transmissão de alguns fundamentos (quantas vezes não-ditos, e muito menos escritos) do que é a Universidade não se está a fazer. O que significa que pode começar a haver (já irá havendo) jovens docentes que não entendem a transcendência e a missão de que estão investidos. Ou seja, mesmo sendo docentes acabarão, se um dia forem guindados a postos de administração, por espelhar uma lógica não especificamente académica.

Neste momento, porém, ainda há professores que sabem que uma Universidade não é um supermercado de diplomas, uma máquina de produção de lucro, etc. Mas os cidadãos não estão próximos das suas universidades.

---

<sup>2</sup> Cf. os livros LYNN, Jonathan / JAY, Antony — *Yes Minister*, London, 1984; Idem — *Yes Prime Minister*, London, 1986.

<sup>3</sup> ECO, Umberto — *A Biblioteca*, trad. port. de Maria Luísa Rodrigues de Freitas, Lisboa, Difel, 1987

Compreendem-nas bem como vias para a ascensão social, mas gostariam que os diplomas acabassem por valer mais no mercado de trabalho.

A ligação exclusiva da Universidade ao mercado de trabalho e o corte dos apoios estatais à liberdade e autonomia financeiras, pelo mundo fora, tornam as universidades excessivamente dependentes do mercado e de mecenas. Também não se entende, claro, numa lógica empresarial capitalista estrita, o que se ande a fazer nas Universidades. Por isso há já vozes para o encerramento de Faculdades de Letras, transformação das de Direito em politécnicos de Engenharias de Leis, e, em geral, a adaptação dos *curricula* ao que a indústria e os negócios queiram, na visão estreita e imediatista dos negócios de hoje.

O público em geral não entende, na Europa, os horários de 6 horas de aulas (no máximo dos máximos 9, nos bordos a ilegalidade umas 12) que um docente universitário ministra. Pensam que só faz isso, e que por isso vive regaladamente, na preguiça. Quando, por exemplo, na verdade, nesse sistema, o professor tem obrigação de, em pelo menos metade do número de horas das suas aulas, fazer sessões de direta assistência aos estudantes, e ainda consome, dia e noite, muitas horas de pesquisa, extensão, divulgação do seu trabalho, etc. Na verdade, o verdadeiro docente universitário não tem horário, nem feriados nem dias santos. E, como o químico Kekulé, até a sonhar está a trabalhar...

## II. Vulnerabilidade da Universidade Contemporânea

Contudo, apesar deste cerco “de realidade”, não há dúvida de que a Universidade está ensimesmada. É paradoxal. De tal maneira a Universidade está virada para si própria, que não entende como é útil à sociedade, como efetivamente é. Revelando-se em contrapartida muito vulnerável a dois tipos de movimentos que se infiltram nela facilmente. Porque, envolvida por completo na docência e na pesquisa absorventíssimas, não tem tempo para pensar – quer dizer, quem não tem tempo para pensar são os docentes.

O primeiro movimento é o político. Se há um grupo de políticos que decidam infiltrar a Universidade para a controlar ideologicamente, a universidade normalmente deixa-se infiltrar e assume a forma que esse grupo lhe der. Se for um grupo fanático, totalitário, a Universidade será – mal de nós – uma reprodutora desse fanatismo e totalitarismo, na verdade perdendo direito a chamar-se assim, porque semeia o contrário da *universitas*. Mas há infelizmente disso muitos casos históricos, uns mais graves e mais duradouros que outros, e o perigo está muito longe de se encontrar afastado. Também o certo é que sempre houve, nas Universidades, vultos que resistiram à manipulação e arregimentamento da instituição. Tenhamos esperança que continue a haver docentes e estudantes que preferem a liberdade a um fanatismo qualquer, que queira transformar as universidades em células de propaganda política, religiosa, ou afim.

Não precisamos, porém, de ir tão longe. Basta que haja um voluntarismo qualquer que se proponha mudar de alto a baixo as regras universitárias. Então, ao contrário de antigamente (em que nem o todo-poderoso marquês de Pombal conseguiu realmente reformar o ensino na Universidade de Coimbra, porque de forma especiosa os professores lhe disseram que sim e fizeram que não<sup>4</sup>), agora certamente todos (ou quase todos, sejamos magnânicos) baixarão a cerviz, aplicando a loucura maior que venha.

---

<sup>4</sup> Para uma panorâmica, cf., v.g., CARVALHO, Reinaldo de / FERREIRA DA CUNHA, Paulo — *História da Faculdade de Direito de Coimbra*, Porto, Rés, 1991, 5 vols.

Caso exemplar é o processo de Bolonha, que não foi nem é um tratado internacional, que era de aplicação voluntária, e muito genérica, e que muitos governos converteram afinal num alibi para decapitar e reduzir cursos para poupar dinheiro. A unanimidade entre os não adeptos incondicionais de tudo o que venha do poder, seja ele qual for, praticamente existe a propósito desta reforma: são todos contra. Há quem diga que foi gizada por um mau aluno, para se vingar das universidades. A verdade é que esta revolução educativa foi posta em prática, mas das formas mais incríveis e contraditórias. A ideia inicial nem era má, pelo contrário: era um apelo à mobilidade, com regras mínimas de qualidade em sintonia. Mas foi pervertida e a Universidade nem pestanejou. Alguns puristas escandalizam-se agora com o Acordo Ortográfico, mas não nos lembramos que tenham manifestado escândalo, pelo menos tão altissonante, com essa alteração profunda das universidades, com repercussões, essas sim, muito descaracterizadoras da Universidade de cada país.

O segundo vector a considerar é pior ainda. É um movimento que parte normalmente dos universitários ou afins que, certamente porque tendo poucas aulas e pouco estudo, se divertem a reformar e a jogar jogos de poder universitário. São eles que normalmente têm tempo para ir ver modelos estrangeiros que querem copiar para as suas Universidades. Até pelo facto de que, sendo eles quem os conhecem, e dominando o sistema, serão, na eventual nova reforma, colocados naturalmente em primeiro lugar. Por vezes, estes áugures da pedagogia e da administração escolar universitária têm também tempo para a política, e então, se se aliam políticos e burocratas universitários, é certo e sabido que os pobres universitários no terreno, de volta das suas retortas, bicos de Bunsen, bibliotecas, telas, e sempre, como é óbvio dos alunos e das suas constantes solicitações, são presas fáceis do que se lhes vai impor.

E cada vez mais os pesquisadores / docentes são afastados do que é a razão de ser de se pagar impostos para custear as universidades públicas e de se pagar mensalidades nas universidades para sustentar as privadas.

### **III. Burocratização da Pesquisa e da Lecionação: pequena nota**

Um dia, o grande filósofo do Direito João Baptista Machado, que vagava perdido entre altas estantes da biblioteca da Faculdade de Economia do Porto (que na altura tinha a melhor biblioteca jurídica pública da cidade, que frequentámos assiduamente), desgrenhado e quase em desespero, confessou-nos: “Estou à procura de um artigo meu para colocar num relatório – agora (isto dizemos nós) até ISBN e ISSN dos nossos próprios escritos se pedem nos relatórios! Como se fôssemos inventar livros e revistas inexistentes – está a dar-me muito mais trabalho procurá-lo que escrevê-lo. E já me tirou mais tempo!”

Pessoalmente, já tivemos que perder mais tempo para tentar receber um magro cheque por uma palestra numa universidade privada (a burocracia não é exclusivo do Estado) que a prepará-la e a proferi-la. Na verdade, ainda não o recebemos, e duvidamos que o venhamos a receber...

Obviamente que o observador burocrata jamais compreenderá isto. Para ele, como é possível que um docente não tenha os seus artigozinhos todos catalogados, arquivados, metidos nos portais convenientes da *Internet*, indexados, etc.? O problema é que ele não dá só as horas de aula que dá. A menos que seja um génio da organização ou que sofra de sonambulismo, trabalhando a dormir, o professor manifestamente *não têm tempo*. E mesmo quando tem licenças sabáticas (e fins de semana e férias) passa boa parte se não a integralidade desses períodos a tentar recolher os destroços do trabalho que febrilmente fez no outro tempo, de lecionação, gestão científica, e pesquisa.

“Lá fora”, “nos países desenvolvidos” (quicá se diga mesmo, como outrora, nos países “civilizados”, como se o não fôssemos) – e cria-se o mito de que há universidades puras, sobretudo no subcontinente norteamericano – isso seria impossível. Um artigo passa por *blind referees*, por isto e por aquilo. Há pessoas que anunciam na *net*, com júbilo, que o seu artigo foi finalmente aprovado! Com uma via sacra para publicar um artigo, é impossível que alguém se esqueça onde o colocou... Aliás, cada artigo está omnipresente, como todos os demais. O professor é em grande medida os seus indexados artigos.

Este é apenas um exemplo, e dos mais suaves.

Grão a grão, a brisa fresca no rosto que é pesquisar e ensinar (no estado normal, o estado puro) passa a pesada corveia. Nenhuma criatividade é permitida, nenhum rasgo, nenhum risco. Apenas cálculo: como não desagradar aos máximos avaliadores? Como agradar-lhes? Uma revista espanhola (“Verbo”) fala recentemente em censura “liberal”, pelas imposições padronizadoras internacionais para as revistas, que, realmente, espelham os usos e quicá apenas a mentalidade politicamente dominante nas universidades de um certo espaço, que é o anglo-saxónico.

#### **IV. Uniformização, Complexo de Inferioridade, Novas Avaliações**

Dissemos já todo o bem do mundo e da universidade anglo-saxónicos<sup>5</sup>. Mas será que se nos aplica, sempre, e que o mundo não seria melhor sendo mais variado? E, por outro lado, mesmo o mundo académico anglo-saxónico não é totalmente homogéneo... E pior ainda: os burocratas locais em cada sítio “inventam” modos-de-ser de universidades estrangeiras e regras internacionais fantasmas para aplicarem localmente... Pode ser que haja nalguns casos um *fumus*, mas o fantasma é transformado em gente, e vestido ao preceito que se queira...

Um profundo complexo de inferioridade parece minar o orgulho, e justo orgulho, que alguns países tinham nas suas Universidades e instituições de pesquisa científica. É, em grande medida, um fenómeno que vem nas asas dos ventos imparáveis da globalização. Mas é também, em maior medida, um fenómeno de provincianismo. Os entusiastas e burocratas locais sabem que se forem eles a receber e impor certas regras novas aos seus colegas, e sobretudo se eles as dominarem primeiro, passarão à frente nas classificações, nos prestígios, nos poderes. Porque primeiro que tudo, acima de tudo, no processo de internacionalização globalizadora de preconceitos e preponderâncias culturais (e não só) está a grande arma – tem de haver um elemento de coercibilidade para que se mude de hábitos tão enraizados – da avaliação dos universitários (e dos professores em geral).

Não é que não houvesse já avaliação, e muita. Um antigo presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas terá dito que a carreira universitária era a mais longa e mais cheia (diríamos mesmo “armadilhada”) de avaliações. O problema é que agora as avaliações são espectro permanente, espada de Dâmocles todos os anos sobre a cabeça de todos os que não detêm poder académico (esses estão, na verdade, em muitos casos acima disso – ainda que tenham avaliações, muitas vezes apenas o cargo já dá “pontos”: contra nós falamos, que teremos pontos só por isso, certamente). E para tais avaliações o passado é tábua rasa, em geral. Não importa o currículo anterior, não interessa a idade e lugar na carreira, cada ano é o ano zero, e ele ou ela tem em cada um que mostrar todas as habilidades. Profusas e contraditórias entre si.

---

<sup>5</sup> FERREIRA DA CUNHA, Paulo — *Lusofilias. Identidade Portuguesa e Relações Internacionais*, Porto, Caixotim, 2005.

É que cada um precisa de desenvolver um conjunto de actividades esquizofrénicas: pois se pede ao investigador que seja animador, e ao bom pedagogo que seja matuto pesquisador. Além de que todos têm de fazer mil outras coisas...

Acresce que o docente (além do enquadramento institucional funcional, que lhe pode ou não dar mais ou menos dor de cabeça e impor corveias administrativas mais ou menos penosas) está também vigiado não só pelos superiores que o avaliam, como pelos estudantes, que igualmente o avaliam, e anonimamente, como a um artista de circo, e de circo romano, que pode ser levado às feras por um simples humor.

Pois que mais que humor pode ser uma avaliação feita a esmo, pela calada do anonimato, irresponsabilizada? Alguns estudantes confessam avaliarem os professores à sorte, por brincadeira, contra as mensalidades caras, ou, pelo contrário, por simpatia, pela qualidade das roupas, ou beleza física, etc. Não serão todos, como é óbvio. Mas como em muitos casos poucos respondem aos inquéritos pedagógicos, um punhado de irresponsáveis ou malquerentes pode manchar os prestígios e as classificações dos docentes. Isto sem falar na qualidade (até lógica) dos próprios questionários, em certos casos.

### V. Etnocentrismo académico. As Viagens e o Estrangeiro

Em Portugal, o exemplo antigo e acabado de etnocentrismo pedagógico era o poema *Estudante Alsaciano*, de Acácio Antunes (1853-1927). Cremos que é interessante arquivá-lo aqui, para documentação, com a devida vénia:

“Antigamente, a escola era risonha e franca.  
Do velho professor as cans, a barba branca,  
Infundiam respeito, impunham sympathy,  
Modelando as feições do velho, que sorria.  
E era como creança em meio das creanças.  
Como ao pombal correndo em bando as pombas mansas,  
Corriam para a escola; e nem sequer assomo  
De aversão ou desgosto, ao ir para ali como  
Quem vae para uma festa. Ao começar o estudo,  
Elles, sem um pesar, abandonavam tudo, E submissos, joviaes, nos  
bancos em fileiras,  
Iam todos sentar-se em frente das carteiras,  
Attenta, gravemente — uns pequeninos sabios.  
Uma phrase a animar aquelle bando imbelle,  
Ia ensinando a este, ia emendando áquelle,  
De manso, com carinho e paternal amor.  
Por fim, tudo mudou. Agora o professor,  
Um grave pedagogo, é austero e conciso;  
Nunca os labios lhe abriu a sombra d’um sorriso  
E aos pequenos mudou em calabouço a escola  
Pobres aves, sem dó metidas na gaiola!  
Lá dentro, hoje, o francez é lingua morta e muda:  
Unicamente o allemão ali se falla e estuda,  
São allemães o mestre, os livros e a lição;  
A Alsacia é allemã; o povo é allemão.  
Como na propria patria é triste ser proscripto!  
Frequentava tambem a escola um rapazito

De severo perfil, energico, expressivo,  
Pallido, magro, o olhar intelligente e vivo —  
Mas de intima tristeza aquelle olhar velado  
Modesto no trajar, de lucto carregado... — Pela patria talvez!  
— Doze annos só teria.  
O mestre, d'uma vez, chamou-o á geographia:  
— "Dize-me cá, rapaz... Que é isso? estás de lucto? Quem te morreu?"  
— "Meu pae, no último reduto, Em defeza da patria!"  
— "Ah! sim, bem sei, adeante..."  
— Tu tens assim um ar de ser bom estudante.  
— Quaes são as principaes nações da Europa? Vá!"  
— "As principaes nações são... a França..."  
— "Hein? que é lá?... Com que então, a primeira a França! Bom começo!  
— De todas as nações, pateta, que eu conheço,  
Aquella que mais vale, a que domina o mundo,  
Nas grandes concepções e no saber profundo,  
Em riqueza e esplendor, nas letras e nas artes,  
Que leva o seu domínio ás mais remotas partes,  
A mais nobre na paz, a mais forte na guerra,  
D'onde irradia a sciencia a illuminar a terra,  
A maior, a mais bella, a que das mais desdenha,  
Fica-o sabendo tu, rapaz, é a Allemanha!"  
Elle sorriu com ar desprezador e altivo,  
A cabeça agitou n'um gesto negativo,  
E tornou com voz firme:  
— "A França é a primeira!"  
O mestre, furioso, ergue-se da cadeira,  
Bate o pé, e uma praga energica lhe escapa.  
— "Sabes onde está a França? Aponta-m'a no mappa!"  
O alumno ergue-se então, os olhos fulgurantes,  
O rosto afogueado; e enquanto os estudantes  
Olham cheios de assombro aquelle destemido,  
Ante o mestre, nervoso, audaz e commovido,  
Timido feito heróe, pygmeu tornado athleta,  
Desaperta, febril, a sua blusa preta,  
E batendo no peito, impavida, a creança Exclama:  
— "É aqui dentro! aqui é que está a França!"<sup>6</sup>

Creemos que não são precisos comentários. Há professores que são forças de ocupação. E isto obviamente não tem nada contra ou a favor deste ou daquele país - diga-se em nome da correção política, mas também à cautela do muito tresler e incapacidade de subtilidade que para aí vai.

Passemos a outro assunto.

Uma das coisas que certamente intrigará alguns dos mais desatentos são as viagens dos docentes. Por vezes, dizem alguns, parece haver uma secreta inveja por

---

<sup>6</sup> <http://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/pi01/pi210548.htm>

parte de certos dos que ficam relativamente aos que partem. Mas, em contrapartida, dir-se-ia que há um movimento de anulação da partida, por magicamente se querer anular a alteridade, transformando cada lugar num espaço sem especificidades. E a mais simbólica forma de o obter é criar em todas as Universidades uma língua única, e oficial, novo Latim, a língua inglesa... Ao falarem (e sobretudo escreverem, por enquanto) todos em inglês, os docentes todos como que “vão para fora cá dentro”, não havendo necessidade de que alguns partam... E é mais que isto: tentando todas as Universidades copiar o mesmo modelo, para quê sair? Não se vai de A para o mesmo A?

Na verdade, falando mais claramente, o problema é outro: é que o mito da Universidade estrangeira, se acarinhado hoje como tal internamente em cada lugar, tem uma função mesclada, mas negativa, que poderíamos estudar com detalhe (passa por inveja, admiração, culpabilização, complexo de inferioridade, e até álibi), quando deixa de ser mito e passa a realidade de contacto com a outra Universidade, acaba por ter, muito pelo contrário, uma função libertadora. De muitos modos: por se ver o bom e por se reconhecer também o menos bom, ou mesmo o negativo.

Compreende-se ao viajar que há problemas comuns a todas as universidades do mundo, como, desde logo, o “cher collègue”, e compreende-se em geral que a relva do vizinho não é tão verde assim quando se vai mesmo ver o quintal dele. Mas também se entende que há coisas a copiar, a importar, e a adaptar. E sobretudo se fica a saber por experiência e tendo visto claramente visto que os pregoeiros da excelência e do carácter absoluto dessa terra prometida, afinal, não conheceram, não viram bem, ou muitas vezes mistificaram, *pro domo* (redobradamente *pro domo*) o que disseram das maravilhas do exterior. É portanto muito importante para o universitário conhecer o vasto mundo, e ter experiências diversificadas.

E não viajar sempre no sentido dos ponteiros do relógio da moda.

## **VI. Direito à Língua Materna**

Um dos exemplos mais notórios de perda de identidade nacional, e de perecimento de identidade das instituições académicas dos vários países, é a tendência que faz que compitam não consigo mesmas, para se superarem por ideais próprios, mas, pelo contrário, lhes inculca padrões e sonhos de alcançar metas alheias. Essas tendências, quando interiorizadas e difundidas nas instituições, inevitavelmente as colocam em níveis inferiores nas notações internacionais, porque autoavaliando-se e pautando-se por metas, conceções e modelos estrangeiros, alguns que lhe são profundamente alheios. O que pode começar em horários e calendários escolares, grelhas e regulamentos, e acaba na Língua em uso nas aulas e nos trabalhos académicos. Assim como nas normas para a sua elaboração. As externas e, ainda pior, as internas, as que moldam uma *forma mentis*.

É óbvio que é raríssimo haver autores que consigam exprimir em língua não materna o que o seu espírito dita. Não há tantos Joseph Conrad assim (na verdade, nasceu como Józef Teodor Konrad Korzeniowski). Podem traduzir-se, mas nem sequer serão eles mesmos.

Admitimos que em ciências muito duras e muito puras a questão linguística tenha menos significado, e que a formalização simbólica mais universal da matemática ou da química possa suprir o abismo das conotações. Em humanidades, em ciências sociais, é muito complicado competir com quem fala a língua bebida no leite materno. Sempre o estrangeiro fará figura de meteco, falará como bárbaro, e será depreciado no seu valor. Basta um sotaque, mesmo no próprio país, para a reputação cair uns tantos degraus. Basta o penteado, ou a qualidade da gravata, dos brincos, ou do colar...

Quem não se lembra do astrónomo turco do *Pequeno Príncipe*?<sup>7</sup> As roupas à *la turca* o perderam. Com roupas ocidentais, foi placidamente aceite na comunidade científica. O problema é que a língua – *casa do ser* diz Heidegger – é muito mais profunda que as roupas.

Impor uma única língua, e para mais uma língua globalizada pode ajudar a comunicação superficial, mas não é de molde a preservar identidades, nem a captar subtilezas. A dispersão das línguas no episódio da torre de Babel é por alguns considerado um mal. Mas é um bem: permitiu pluralismo cultural também.

O contrário pagar-se-á: pensaremos todos pela mesma cabeça. E já se começam a ver os resultados dessa homogeneização.

## VII. Padronização da Comunicação da Pesquisa

Quem não escreve ou não publica os resultados das suas pesquisas, e quem não pesquisa em absoluto, não sente o problema com que finalizaremos esta breve chamada de atenção ainda muito impressionista e nada sistemática: a formatação da escrita científica ou padronização da comunicação da pesquisa.

Os próprios jornais diários já têm livros de estilo, por vezes pesados volumes. Contudo, nunca se escreveu tão mal nos jornais, em geral. Escreve-se pior, tendenciosamente, manipuladoramente, em muitos casos.

Os mecanismos de avaliação, a pessoas e instituições, impõem a formatação do que se publica. E as normas já foram por outros denunciadas na sua inaplicabilidade a todos os terrenos, a todos os países, etc.

Sempre lembro o exemplo de “Deus”, que seria obviamente muito mal classificado como professor ou pesquisador. Não passa um só dos requisitos, que me lembre... Escreveu um só livro, sem referees, não foi em inglês, não pode gaver edições realmente atualizadas, etc. Também não fez pós-docs.,etc.

Mas há coisas simplesmente de bradar aos céus.

Como avaliar alguém pelo número de páginas em revistas, esquecendo-se que há tamanhos de letra diferentes, espaços diferentes, margens diferentes e mesmo formatos de revista diferentes...? E o que interess, realmente, maior número de páginas?

Como parificar capítulos em livros com livros inteiros? Para fomentar a colaboração entre autores? Ou para que se *parta o pão em pequenino*, e se pulverize a mensagem que normal e logicamente caberia num livro em uma dúzia de artigos de um autor, misturados com os de outros autores?

Depois há normas mais subtis... A obrigatoriedade de referências bibliográficas, por exemplo. É lógico que no geral é estranho um artigo científico sem elas... Mas pode haver casos... Alguém que estuda um assunto pela primeira vez, que descobre algo, pode ser tentado a colocar uma falsa bibliografia só para preencher o requisito, quando o que interessa no seu trabalho é o documento que encontrou, a escavação que fez com êxito, a experiência em que descobriu algo.

Há normas que obrigam a que cada artigo de um autor não repita a bibliografia dos anteriores, ou que um artigo não tenha intertextualidades mentais sequer (temáticas) com as suas teses académicas – com medo de que haja multiplicação dos pães e chover no molhado, com publicação de chá fervido. Penalizando-se a revisitação de trabalhos anteriores, o progresso é cortado. Não se volta a temas antigos e sempre se borleteará de nova flor em nova flor.

---

<sup>7</sup> SAINT-EXUPÉRY, Antoine de — *Le Petit Prince*, ed. de Paris, Gallimard, 1987.

Há avaliadores que vão imediatamente ver as datas dos estudos citados, interpretando que, se no trabalho não houver muitas datas modernas, o autor teria estacionado no tempo. Esquece-se que todas as regras admitem subversão. Que pode haver necessidade de visitar estudos anteriores do mesmo autor, ou publicar os mesmos para outros públicos (noutros línguas, noutros países). E que certos temas não têm sempre cultores que escreveram ontem. Pode mesmo haver escassez real de fontes atuais. Ou ainda, sobretudo tratando-se de autores ou temas mais clássicos, pode o pesquisador contemporâneo ter querido estudar as obras originais, sem intermediação de comentadores e epígonos, etc., etc. Obviamente aqui são mais penaizados os estudos e seus autores que navegam nas águas das Humanidades.

Outra mania é a da descoberta. Válida para a farmacologia, para a medicina, para a arqueologia... Mas não válida para disciplinas que são sobretudo preservadoras, e que mais vêm outras conexões dos mesmo objectos (novas interpretações) que propriamente objectos novos. E inovar em artes plásticas não é inovar em cirurgia ou em engenharia...

Também as formas de citação são propensas a problemas. Citar uma edição de Aristóteles do ano passado resulta, na fórmula de referência intratextual em “(Aristóteles, 2011)”, não será um anacronismo? E na Grécia deve soar pior ainda... De que Aristóteles de estará a falar? O próprio autor do texto se pode chamar Aristóteles...

Depois, os métodos sintéticos e intratextuais de citação não são fáceis para captar matizes. Se quisermos citar uma referência de segunda mão, o “*apud*” era muito útil. Entre parêntesis, dizer que Fulano diz isto, mas quem diz que ele o diz é Beltrano, põe problemas. E pior ainda se soubermos tudo das edições de um e outro, e quisermos, por rigor académico, explicar que não pudemos consultar o original (por inacessibilidade material), embora tenhamos a total e completa notícia das fontes... Num rodapé, tudo tem espaço para se explicar. Dentro do texto, encavalitado, sufoca e faz perder o leitor.

Mas pior que tudo – temos livros em que experimentámos já os vários métodos, e sempre se encontra um forma de tornear as talas da burocracia: isso é que é libertador – é outra coisa.

O pior é um clima de funcionalismo, de conformismo, que ameaça a liberdade académica (*libertas docendi, ius docendi*) e a criatividade universitárias. É a pessoa que quer a *babá* para toda a vida, e se acolhe às normas cada vez mais rígidas e constrangedoras da Universidade para não ter de viver a vida lá fora.

No sentido de confundir funcionalismo com emprego estável, isso praticamente acabou (e muito mal), com o neoliberalismo imperante: em muitos países, o universitário já tem um emprego muito descartável, inseguro, e com uma carreira perigosa, íngreme, traiçoeira, penosíssima, invulgarmente longa... E até há pouco em Portugal nem com direito a subsídio em caso de desemprego. Foi das primeiras, se não a primeira, inconstitucionalidade por omissão detectada em Lisboa.

O grande problema é que, como bem viu Jean Lauand, se pode perfeitamente cumprir com escrupulo (mas obviamente sem brilho) as apertadas e exigentes normas para publicar, seguir o manual de estilo de livros e artigos, citar convenientemente, fazer resumos e palavras chave, escrever com a estrutura retórica reclamada por extensas instruções e advertências aos potenciais autores... e afinal não dizer nada, nem nada de novo, nem nada de importante. Nem fazer uma coisa importantíssima que todo o trabalho universitário teria que ter: que o autor se colocasse todo no que faz, mostrando a sua cultura, a sua sabedoria, a sua subtileza, a sua prudência. É certo

que para cumprir aquelas regras todas o candidato a autor penou muito. Mas que vão sacrifício para tão escasso resultado!

E outro problema gravíssimo é o da censura, do controle do conteúdo sob pretexto de controle de qualidade. O que está a acontecer com a “caça aos dicionários”<sup>8</sup> impondo a correção política, e a perseguição por processos ou defenestração mediática de alguns jornalistas que ousam afastar-se dos preconceitos do nosso tempo é perigosíssimo. É a liberdade de opinião e de expressão que estão em causa, e evidentemente a qualidade científica. Porque se o pesquisador ou o professor estiverem permanentemente com medo de desagradarem aos inquisidores de turno (ainda que subtis e tecnocráticos), não farão senão aulas psitacistas, cinzentas e cautelosíssimas, e escreverão coisas redondas e inexpressivas: por defesa.

Passará e já se passa a escrever para produzir papel, não como uma exigência que venha do fundo da alma.

Para se obter títulos, e nem sempre com estritos fins académicos, também se escreve demais.

A partir do momento em que, por exemplo, a reforma de Bolonha impõe que qualquer estudante, afinal para a sua (futura) vida profissional de burocrata ou profissional liberal, ou outra que seja, precisa de fingir que é pesquisador e tem de fazer tese, tudo está subvertido.

Mesmo as teses de licenciatura foram abolidas, há décadas, certamente pela mediocridade crescente que foram apresentando, com a democratização do ensino.

A verdade é que se se pode aumentar o número de univesitários, e se, como de algum modo disse Santos Neves, a universidade será algo no séc. XXI como a escolaridade primária obrigatória nos sécs. XIX e XX, e se, com uma seara enorme de universitários, naturalmente mais vocações de pesquisadores existem, não se pode porém subverter a natureza humana e obrigar a que todos sejam exímios sábios e fazedores de teses. Esperemos que a moda não pegue no Brasil. Porque as más teses, como a má moeda, matam as boas...

E o resultado é o abaixamento imparável do nível, com um interim infernal em que certos professores, como aquele menino holandês, tentam ir fazendo as teses aos seus orientados, como quem procura travar o rebentamento do dique com um dedo.

## **VIII. Final**

É tempo de terminar. Mais que tempo.

Apresentamos algumas inquietações universitárias. Mas, como viciado em Universidade que sou, foi apenas o lado mais sombrio que hoje confessei, e contudo sujeito a melhoramento e a reforma.

O resto, é a grande aventura do espírito feita instituição. Uma instituição de que nos podemos ainda orgulhar, e que só depende de nós para continuar a ser uma das maiores realizações do engenho e da arte humanas. Apenas não pode ela aceitar tudo o que lhe querem impor.

Recebido para publicação em 19-03-12; aceito em 16-04-12

---

<sup>8</sup> PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa – *Temporada de Caça ao Dicionário*, “Língua Portuguesa”, Ano 7, n.º 78, abril de 2012, p. 38 ss.